

LEI N º 2.865 DE 26-12-94

**DISPÕE SOBRE O PLANO
PLURIANUAL PARA O
QUADRIÊNIO 1994/1997 E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Povo do Município de Iturama(MG), por seus representantes decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1 º - Esta Lei dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 1994/1997, estabelecendo, para o período, as diretrizes, objetivos e metas da Administração pública do Município para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada.

Parágrafo único - As diretrizes, os objetivos, as metas e as despesas a que se refere este artigo são especificados nos Anexos desta Lei, observada a seguinte estruturação:

- 5 - construção e Restauração de Prédios públicos
- 6 - melhorias do sistema viário do Município
- 7 - aquisições de Imóveis

b - Anexo II - Diretrizes e Metas Setoriais

1.1 Instalação da TV Cultura

1.2 Instalação da TV Record

1.3 Instalação da TV Manchete

2.1 Saneamento do Córrego Quati

2.2 Saneamento do Córrego Santa Rosa

2.3 Implantação e Ampliação da Rede de Água

2.4 Implantação e Ampliação da Rede de Esgoto

2.5 Implantação e Ampliação da Rede Pluvial

3.1 Abertura e Melhoria de Vias públicas

3.2 pavimentação de vias públicas

3.3 construção de Meio-Fios e sarjetas

3.4 construção de Muros e Passeios

3.5 construção de Praças e Jardins

3.6 construção de Parques Recreativos e Desportos

3.7 Criação do Distrito Industrial

- 4.1 construção da Escola Técnica em Eletrônica
- 4.2 Construção da Escola Municipal no Distrito de União
- 4.3 Construção da Escola Agrícola
- 4.4 Restauração de Escolas Municipais Rurais
- 4.5 Implantação de uma Faculdade em Iturama
- 4.6 construção de Creches
- 4.7 Construção de Escola Municipal em Iturama

- 5.1 Construção de Centros de Saúde
- 5.2 construção do Pronto Socorro Municipal
- 5.3 Reforma do Matadouro Municipal
- 5.4 construção do Centro Administrativo
- 5.5 Construção da Feira Livre Coberta

- 6.1 Construção de Pontes e Travessias
- 6.2 Construção de Trevos e Acessos
- 6.3 construção do Anel viário
- 6.4 Pavimentação do Aeroporto
- 6.5 Construção do Terminal Hidroviário

- 7.1 Aquisição de Imóveis

Art. 2 ° - A Lei de Diretrizes Orçamentárias, em cada exercício, procederá ao detalhamento das metas estabelecidas no Plano Plurianual para o triênio 1994/1996.

Parágrafo Único - O Poder Executivo, por intermédio da Assessoria de Planejamento, deverá implantar sistema de Acompanhamento da Ação Governamental com vistas à avaliação da execução físico-financeira das metas a que se refere este artigo.

Art. 3 ° - Os valores das despesas e das correspondentes necessidades de recursos, constantes do Anexo II desta Lei, são orçados segundo preços vigentes em 1994.

Parágrafo Único - Os valores, a que se refere este artigo, poderão ser corrigidos em conformidade com critérios da indexação estabelecidos na Lei Orçamentária para o exercício de 1994.

Art. 4 ° - Anualmente, observado o mesmo prazo fixado para encaminhamento do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Poder Executivo poderá submeter à Câmara Municipal, mediante Projeto de Lei, proposta de revisão do Plano Plurianual, tendo em vista reajustá-lo:

I - às circunstâncias emergentes no contexto social, econômico e

financeiro;

II - ao processo gradual de reestruturação do gasto público municipal.

Parágrafo único - A reestruturação do gasto público municipal terá como

objetivos básicos:

a - assegurar o equilíbrio das contas públicas;

b - conferir racional idade e austeridade ao gasto público municipal;

c - ajustar a execução das políticas públicas municipais, fortalecendo as funções inerentes ao Poder Público, visando, ao mesmo tempo, proveito da capacidade gerencial e da eficiência do Setor Privado;

d - reduzir a participação relativa dos gastos com pessoal na despesa pública municipal, para possibilitar a expansão dos investimentos governamentais, especialmente destinados à execução de programas de natureza social;

e - privilegiar as despesas relativas às ações-fim, como meio de aumentar a eficácia do Setor Público.

Art. 5 ° - Durante a vigência do Plano Plurianua 1 para o triênio 1994/1996, as Leis de Diretrizes orçamentárias e as Leis orçamentárias Anuais, assim como os planos e programas setoriais e regionais, urbanos e rurais, que vierem a ser executados pela Administração pública Municipal, deverão guardar coerência com as diretrizes, objetivos e metas, constantes dos Anexos 1 e 11 desta Lei.

Art. 6 ° - Nenhum investimento cuja execução ultrapassar um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão neste Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

Art. 7 ° - Esta Lei retroagirá a partir de 1° de janeiro de 1994.

Art. 8 ° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Iturama, 26 de dezembro de 1994.

Prefeito Municipal